

Orçamento do povo conquista autarquias

Municípios decidem parte do investimento em 18 localidades

— DORA MOTA
— dmota@jn.pt

O que têm em comum Lisboa, com meio milhão de habitantes, e Santa Leocádia, com pouco mais de mil? Resposta: a democracia 2.0. A capital e a pequena freguesia de Viana gastam parte do seu dinheiro em obras escolhidas pelos respectivos habitantes.

Chama-se Orçamento Participativo (OP) a esta forma de gestão do dinheiro público, que só não se pode afirmar ser ainda tímida em Portugal porque a Câmara Municipal de Lisboa já a pratica há três anos, executando a cada jornada financeira cinco milhões de euros em obras directamente propostas pelos seus habitantes.

Lisboa cativa uma pequena percentagem do seu orçamento de cerca de 600 milhões; Santa Leocádia arrisca ainda mais e destina 25% do seu capital de investimentos à decisão popular e isso dá cerca de 50 mil euros. Em Lisboa, as propostas e a votação fazem-se pela Internet; no Alto Minho, através de delegados dos vários lugares da freguesia.

Em Portugal, há actualmente 18 autarquias a praticar e a implementar modelos de Orçamento Participativo e todas tiveram contacto com a In Loco, uma associação de desenvolvimento local sem fins lucrativos que, com o apoio de fundos comunitários, ensinou dezenas de autarcas e técnicos a experimentar uma forma de governação que a cidade brasileira de Porto Alegre inaugurou, em todo o Mundo, em 1989.

Nélson Dias é presidente da In Loco e encara as experiências

portuguesas como sinais de potenciação democrática. Reparou que os cidadãos pedem principalmente a construção ou o arranjo de zonas verdes e de lazer. “Os parques infantis são muito pedidos”, assinala. Intervenções como arranjos de caminhos, nos meios rurais, e requalificação urbana, nas cidades grandes, também merecem muita atenção.

Lisboa foi a primeira capital da Europa a inaugurar a prática, que nasceu em 1989, no Brasil, na cidade de Porto Alegre, mas não a primeira autarquia. O pioneiro foi o município de Palmela, em 2002, tendo-se-lhe seguido outras câmaras e juntas, sempre muito mais a Sul do que a Norte, começando por aquelas mais à esquerda. Também começou por ser apenas consultivo, com o Executivo a reservar o poder de decisão.

Já não é assim, nota Nélson Dias. Não só há um maior equilíbrio entre Norte e Sul – com a adesão de concelhos como Boticas, Vila Verde, Vieira do Minho e Ponte da Barca, quando dantes só havia no Norte um grande município aderente, Braga – como também entre cores políticas. As autarquias de 2009 marcaram mais adesões, como Aveiro. No Grande Porto, só Leça da Palmeira (Matosinhos) tem OP activo.

“Tem sido sobretudo implementado por novos autarcas, novos em idade e em mandatos”, nota Nélson Dias, que tem uma teoria: “Estão conscientes de que o afastamento dos eleitores é muito grande, que a democracia precisa de ser revigorada”.

TRÊS PESSOAS QUE DERAM IDEIAS PARA MUDAR A SUA TERRA

“Acaba por ser mais uma pressão”

Odivelas

Há já algum tempo que Nuno Barreira, 37 anos, e outros membros da associação de pais da Escola do Campo de Caneças, em Odivelas, alertavam para a necessidade de construir um telheiro à entrada do equipamento, para que as crianças não apanhassem uma chuvada sempre que ali entravam ou dali saíam.

Por mero acaso, ao visitar a página da Câmara de Odivelas na internet, o consultor financeiro descobriu a existência de um orçamento participativo no município. Preencheu um inquérito online e participou numa sessão pública que decorreu na sua freguesia, para a qual conseguiu levar dois amigos. Nuno Barreira sugeriu a construção do telheiro e de uma cobertura para o campo desportivo da escola, onde ti-

nha um filho a estudar, na altura, além da criação de mais espaços verdes no concelho. Apesar de a autarquia ter criado alguns jardins desde aí, o município considera que só o desejo do telheiro foi atendido. “Acabou por ser mais uma forma de pressão”, explica. A obra, que custou 20 mil euros ao município, foi feita no início do ano lectivo passado e Nuno Barreira ficou “de consciência tranquila” por cumprir o seu “dever de cidadão” ao participar na vida pública do município.

O consultor financeiro lamenta a falta de intervenção da população (num concelho com 150 mil habitantes apenas se registaram 526 participações o ano passado) e atribui-a à falta de divulgação da iniciativa. “Acho muito importante que os cidadãos dêem a sua visão ao poder decisório, para que o dinheiro seja gasto nas obras que são mesmo necessárias”, disse. **LUÍS GARCIA**



Nuno Barreira sugeriu a construção de um telheiro



Vera Santos, delegada do lugar de Feijoa, em Santa Leocádia de Geraz do Lima

Espaço abandonado tornou-se num largo

Geraz do Minho

A freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima, em Viana do Castelo, viria, no ano passado, a ser pioneira ao formular um orçamento participativo e, ao mesmo tempo, deliberativo (facto que o tornou inédito na região Norte) “em que toda a população toma, realmente, parte”, afiança o autarca local,

Carlos Torres. Aprovado em 2008, o orçamento do ano passado destinou meia centena de milhares de euros para intervenções propostas pelos residentes nos 28 lugares da freguesia, cifra que correspondeu a cerca de 30% de todo o investimento feito pela autarquia, em 2009.

Na altura, a população do lugar de Feijoa, não muito distante do centro da localidade, viu aprova-

da, pelos seus pares, no Conselho do Orçamento Participativo (estrutura formada pelos delegados escolhidos em cada um dos lugares da freguesia), a única proposta apresentada pelos 62 residentes no lugar: a conversão de um espaço há muito abandonado num pequeno largo, ajardinado e

Houve pessoas que pediram verbas para os materiais, que elas dariam a mão-de-obra

encimado por um fontanário. “Esta foi a única reivindicação feita pelos moradores, que ficaram muito contentes com a solução encontrada. Era um espaço abandonado, que está, agora, muito bonito”, enfatiza Vera Santos, delegada de Feijoa.

Segundo a responsável, que fora convidada, “por unanimidade dos vizinhos”, para o cargo, obras houve em que os residentes na freguesia “pediram apenas pela verba para os materiais, oferecendo eles a mão-de-obra”. No orçamento deste ano, Santa Leocádia deverá destinar 25 mil euros ao orçamento participativo. **LUÍS HENRIQUE OLIVEIRA**



le uma cobertura para o campo desportivo da escola frequentada pelo seu filho



Conceição Azevedo viu a sua proposta ser concretizada

Conceição já não tem mato à porta

Leça da Palmeira

Conceição Azevedo estaria totalmente satisfeita se não tivesse um enorme eucalipto à porta. Não é que desgoste da árvore, mas queria ter um jardim viçoso e não pode. “A raiz do eucalipto chupa a água toda, isto está sempre seco”, explica. Mora nas traseiras da refinaria da Petrogal, num modesto blo-

co habitacional conhecido em Leça da Palmeira como Bairro dos Pobres e, no ano passado, foi uma das dinamizadoras do Orçamento Participativo da Junta de Freguesia, sem o saber.

Há algo de histórico no singelo pedido que Conceição apresentou ao presidente da Junta, Pedro Sousa – Leça da Palmeira foi a primeira autarquia na Área Metropolitana do Porto a implementar um modelo de Orçamento Participativo e a proposta da moradora de 63 anos uma das primeiras a ser executada. “Temos que ouvir a população”, assinala o socialista Pedro Sousa **D.M.**

Flash

GIOVANNI ALLEGRETTI
CENTRO DE ESTUDOS
SOCIAIS DA UNIVERSI-
DADE DE COIMBRA



“Há uma demanda de transformação da cidade”

O que tem mudado nas localidades que implementam um processo de Orçamento Participativo?

Não existem muito dados sobre os impactos dos orçamentos participativos porque os estudos comparativos são complexos. Em Portugal, as experiências têm tão poucos anos que ler os impactos é quase impossível. A Fundação para a Ciência e Tecnologia financiou-nos, ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, um projecto de três anos – que estamos a fazer com a associação In Loco – para estudar as mudanças. As autarquias são incapazes de medir os resultados. Primeiro, porque não têm capacidade para estudar a experiência; depois, porque têm medo que os resultados, quando não forem positivos, possam ser utilizados contra si pela Oposição política.

As pessoas que participam têm pedido essencialmente mais zonas verdes e de lazer. Isto é uma lição para os urbanistas?

Isso quer dizer que existe uma demanda de transformação do panorama da cidade, que está a evoluir e que não tem encontrado espaço onde se expressar. Este espaço de expressão serve para reivindicar esse imaginário urbano frente às autarquias.

Acredita que, no futuro, os orçamentos participativos vão absorver maior percentagem dos investimentos municipais? Há cidades no Brasil onde todo o orçamento é participativo.

Há uma diferença essencial entre a América Latina e a Europa, onde a desconfiança que os cidadãos têm nos políticos tem simetria na desconfiança que os políticos têm nos cidadãos – acham que são ignorantes e egoístas. Há uma parte ampla dos recursos que as experiências europeias não querem distribuir. As fatias poderão ampliar-se porque os municípios estão a ganhar confiança no povo. Veja-se o caso de Santa Leocádia, em Viana, que tem a maior percentagem de OP em Portugal (25%). É uma demonstração de confiança.